

O USO DE EVIDÊNCIAS EM MACROECONOMIA: NOTAS HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS

Maurício Mota Saboya Pinheiro

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea).

E-mail: mauricio.saboya@ipea.gov.br.

Lucas Trentin Rech

Pesquisador bolsista no Ipea e professor do Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail:* lucas.rech@ipea.gov.br.

João Cláudio Basso Pompeu

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diest/Ipea.

E-mail: joao.pompeu@ipea.gov.br.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3089-port>

Este texto para discussão (TD) busca estabelecer algumas bases conceituais, históricas e metodológicas para se atingir uma compreensão mais profunda sobre os critérios normativos que devem guiar uma boa governança de evidências em políticas macroeconômicas.

Os principais resultados do trabalho podem ser elencados como segue.

- 1) A avaliação da adequação empírica dos enunciados na ciência econômica pode ser aplicada, em um nível “mesoteórico”, a unidades tais como “paradigmas de orientação” – isto é, estruturas argumentativas que funcionam como pontos de referência (orientação) para as pesquisas em economia (Hoyningen-Huene e Kincaid, 2023) – e “modelos heurísticos” (Vercelli, 1991).
- 2) A tendência à formalização da linguagem, na medida em que não tem redundado em melhoria das previsões econômicas, leva ao risco de se aproximar a economia de uma ciência meramente formal. Há aqui o risco de uma crescente sobrevalorização da teoria econômica

em detrimento do papel das evidências. Por outro lado, as dificuldades de mensuração das grandezas econômicas podem levar a uma situação em que a explicação científica em economia seja conduzida antes pelas disponibilidades de mensuração do que pela teoria.

- 3) Diferentes matrizes teóricas e metodológicas têm suas formas específicas de encarar a relação empiria-teoria. Distinguiram-se e se compararam duas cosmovisões (modos de pensamento ou matrizes teóricas) acerca do objeto da economia – a visão positivista e a visão Knight-Keynes. Cada uma dessas baseia-se em certos pressupostos ontológicos e epistemológicos, que, por sua vez, acarretam posturas metodológicas que condicionam o uso de evidências.
- 4) Em suas práticas de pesquisa, o economista faz suas escolhas não apenas baseado nos dados e na teoria, mas também condicionado por um complicado contexto histórico, delimitado sobre um “pano de fundo” de crenças,

pressupostos e valores. As ideologias e as dinâmicas histórico-sociais de produção e consolidação das verdades científicas em geral também desempenham papéis importantes na ascensão e na queda dos programas de pesquisa, das escolas de pensamento ou dos paradigmas em economia.

- 5) Em conjunto com os métodos e as técnicas econométricos, a aplicação do conceito de causalidade pode ser feita de forma esclarecida e responsável, com base em um quadro filosófico mais amplo. É recomendável que o economista teórico, o econometrista e o *policymaker* macroeconômico sirvam-se da pluralidade de linguagens causais existentes e que interajam com o filósofo da ciência econômica, visando um contínuo aprimoramento dos fundamentos epistemológicos das teorias causais em economia, em benefício de melhores decisões na política econômica.
- 6) Boas decisões de pesquisa em economia dependem não somente de fatores “internos” à lógica do método científico, mas também de uma variada gama de fatores contextuais históricos, políticos e ideológicos. Uma vez que o economista reflita detidamente sobre essa diversidade de fatores condicionantes para a tomada de uma boa decisão, ele pode abrir-se, de forma prudente e responsável, a uma orientação metodologicamente pluralista na pesquisa econômica aplicada.

Os achados e discussões produzidos neste TD reforçam o argumento da importância de se adotar uma perspectiva moderada acerca do uso de evidências em políticas públicas (Pinheiro, 2022), que considere o contexto e o propósito de uso das fontes de conhecimento e que reconheça a dimensão sociopolítica do processo

decisório nas políticas públicas. Argumentou-se que o tratamento do problema da governança das evidências em políticas macroeconômicas deve começar por uma discussão – de caráter filosófico-epistemológico e histórico – sobre as relações entre tais evidências e as teorias econômicas. As lições da história em geral, da história da ciência e da história do pensamento econômico nos ensinaram sobre a necessidade de se ter bom senso e pragmatismo quanto às aplicações contextualizadas do conceito de evidência nas decisões teóricas e políticas em economia.

REFERÊNCIAS

- HOYNINGEN-HUENE, P.; KINCAID, H. What makes economics special: orientational paradigms. **Journal of Economic Methodology**, v. 30, n. 2, p. 188-202, 2023.
- PINHEIRO, M. M. S. Políticas públicas baseadas em evidências: um modelo moderado de análise conceitual e avaliação crítica. In: KOGA, N. M. *et al.* (Org.). **Políticas públicas e uso de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**. Brasília: Ipea, p. 59-84, 2022.
- VERCELLI, A. **Methodological foundations of macroeconomics: Keynes & Lucas**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1991.